

PRÁTICAS COTIDIANAS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA INDÚSTRIA DA CONFECÇÃO DE VESTUÁRIO NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ, PARANÁ

Paula Piva Linke

Sílvia Helena Zanirato

RESUMO

O texto se refere a uma síntese da tese de Doutorado defendida no PROCAM, que buscou entender como empresas da confecção de vestuário lidam com os resíduos resultantes do processo de produção. Para tanto, voltou-se para o processo produtivo da confecção do vestuário em três empresas selecionadas; a partir dessa seleção, foram analisadas a geração de resíduos, as normativas legais que se aplicam ao gerenciamento de resíduos nas empresas e as posições dos sujeitos que lidam cotidianamente com esse tipo de produção. Como fundamentação teórica, foram precisos os conceitos de meio ambiente, desenvolvimento, desenvolvimento sustentável e moda. Além disso, com o intuito de apreender as práticas cotidianas dos sujeitos envolvidos com a produção do vestuário em relação aos resíduos, foram considerados entendimentos a respeito dos conceitos de *habitus* e representação social. A metodologia de abordagem foi qualitativa, mais especificamente de estudo de casos múltiplos e análise de entrevistas semiestruturadas, aplicadas aos sujeitos sociais envolvidos com a produção e o gerenciamento dos resíduos.

Ao final do processo, constatou-se que, ainda que as normativas nacional e local orientem o gerenciamento dos resíduos de forma a minimizar sua produção, ainda persistem formas de produzir que não só geram perdas significativas na indústria da confecção, como há destinação nem sempre correta dos resíduos gerados. Considerou-se que tais ações são decorrentes dos limites da aplicação da normativa e da não assimilação pelas empresas das normas recomendadas nas leis nacionais e municipais no sentido da não geração de resíduos.

Palavras-chave: Meio Ambiente; Gerenciamento de Resíduos; Moda; Indústria da Confecção.

INTRODUÇÃO

Os danos ambientais presentes em nossa sociedade são amplos e decorrentes, entre outras coisas, dos processos produtivos. Entre esses processos, encontra-se o que envolve a cadeia têxtil e seus produtos variados, mais precisamente as “peças de vestuário, cintos de segurança e air-bags, sacos de estocagem para a agricultura, roupas especiais para bombeiros, tendas, paraquedas, velas de barco, gazes para uso hospitalar, estofados de uso doméstico etc.” (BERLIM, 2012, p. 27). Em meio a esses produtos, destaca-se a vestimenta, uma produção que “ocupa um espaço de distinção entre os bens que consumimos e fabricamos” (BERLIM, 2012, p. 20).

A produção de vestimentas comporta um processo específico: a confecção, que consiste no desenvolvimento de produto, seguida da modelagem, pilotagem, planejamento de produção, produção, acabamentos, revisão e embalagem (SENAI, 2007). O processo de produção gera descartes em todas as fases, sendo o corte uma das partes mais expressivas nesse sentido, originando retalhos de tecido.

Para entender o processo de produção da confecção do vestuário em relação à geração de resíduos, há que se ter em conta que o objetivo de uma empresa na sociedade capitalista é o lucro. A organização da produção do vestuário não tem por preocupação principal a diminuição da geração de resíduos, de modo que os problemas de geração de resíduos se distribuem tanto pelo processo produtivo quanto pelo gerenciamento, pela fiscalização e pelo destino final dos resíduos gerados.

Com vistas a melhor compreender esse imbricamento, a pesquisa foi conduzida de modo a melhor compreender os processos que envolvem a produção e o destino final dos resíduos gerados da confecção. Para a análise, foi escolhida a produção do vestuário no município de Maringá – PR, terceiro polo industrial do setor no país. A questão que norteou a pesquisa foi: como as empresas de confecção do

vestuário do município de Maringá lidam com os resíduos sólidos resultantes do processo de produção?

Para melhor entender essa questão, a pesquisa se voltou tanto para a produção e a geração de resíduos quanto para as compreensões dos agentes sociais que participam desse processo: proprietários, estilistas, modelistas e demais trabalhadores do setor. Também foram considerados os papéis de instituições públicas (Prefeitura Municipal e o Instituto Ambiental do Paraná) e privadas (SENAI) e dos sindicatos (Patronal e dos Trabalhadores), diretamente envolvidos com o problema.

A hipótese da pesquisa foi a de que, apesar de existir uma ampla normativa a regular o gerenciamento de resíduos e de haver tecnologias adequadas à produção, há procedimentos cotidianos do fazer que induzem à continuidade da geração de resíduos e de gestão inadequada dos mesmos. Essa dupla inadequação se explica na medida em que a apreensão por parte dos sujeitos sociais envolvidos no processo produtivo do que as normas estabelecem é gradual e lentamente incorporada à rotina produtiva, prevalecendo como objetivo à produção a confecção da peça em si, e não a minimização ou a não geração de resíduos.

A tese teve como objetivo geral examinar como empresas de confecção do vestuário no município de Maringá – PR compreendem a geração e o gerenciamento de resíduos sólidos em relação às normas ambientais que se colocam para o setor. Para tanto, os objetivos específicos foram: a) entender o processo produtivo da confecção do vestuário em empresas selecionadas; b) verificar como ocorre a geração de resíduos; c) compreender as normativas legais que se aplicam ao gerenciamento de resíduos nas empresas de confecção; d) perceber as posições dos sujeitos que lidam cotidianamente com esse tipo de produção.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa, além da construção do referencial teórico, foi utilizada a metodologia da abordagem qualitativa e seus procedimentos, a saber: estudo de caso, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, caderno de campo, entrevistas e fotografias. Essa metodologia foi escolhida uma vez que “responde a questões mais particulares [...], trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 1999, p. 21). Com esse escopo, ela favorece compreender como os indivíduos pensam e atuam em relação às questões socioambientais que permeiam a problemática da pesquisa.

O estudo de caso foi compreendido como uma metodologia interpretativa, que busca compreender a realidade por meio dos sentidos que os indivíduos atribuem às suas experiências (YIN, 2005) e que se vale de fontes diversas e triangulação dos dados obtidos. Munida desse aparato, foi escolhido o estudo de casos múltiplos e analisados três casos representativos do setor. Para a coleta de dados, foram adotadas diferentes estratégias. Os dados primários consistiram em aplicação de entrevistas semiestruturadas (MINAYO, 1999; RICHARDSON, 2011), produção de fotografias (ZANIRATO, 2003), notas em caderno de campo (CHALON, 2010; QUEIRÓS; RODRIGUES, 2006), provenientes de observação direta. Os dados secundários dizem respeito à documentação legal, institucional e empresarial (YIN, 2005). Os dados primários e secundários foram analisados em consonância com as orientações metodológicas dos referenciais bibliográficos indicados para cada tipologia.

A coleta de dados se deu em três fases. A primeira, para o conhecimento do setor da confecção em Maringá, por meio de visitas ao SINDVEST (Sindicato Empresarial da Indústria do Vestuário de Maringá), ao SINCONFEMAR (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Maringá) e ao SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), e o objetivo dessa fase foi compreender a importância do setor no município. A ela se seguiu a consulta aos órgãos públicos envolvidos com o setor e a legislação a ele pertinente. Nessa fase, foram selecionadas as empresas que se enquadravam no critério definido para a pesquisa: ter plano de gerenciamento de resíduos e licença ambiental ou, no caso, a dispensa desta. Das 20 empresas nessas condições, 7 aceitaram participar da pesquisa e, assim, cada uma dessas foi analisada de modo a permitir a seleção de três (de pequeno, médio e grande porte), consideradas representativas do setor: as empresas N, I e A. Essas empresas foram escolhidas graças ao porte e às características do produto que fabricam.

Após a seleção, iniciou-se a segunda fase, que se refere à coleta de dados internos às empresas. Esse processo começou em março de 2015 e foi finalizado em março de 2017. Nele, buscaram-se documentos acerca de procedimentos de produção e de destino dos resíduos, assim como se adotou a observação direta a respeito do processo produtivo, registrada em caderno de campo associada, ainda, à captação de imagens fotográficas e da aplicação de entrevistas semiestruturadas às pessoas envolvidas no processo produtivo.

Na terceira fase, buscou-se compreender o processo de destinação final dos resíduos gerados na confecção. Para essa fase foram utilizados documentos

institucionais, relatórios empresariais, novas entrevistas semiestruturadas e continuidade das anotações em caderno de campo.

REFERENCIAL TEÓRICO

No capítulo da tese intitulado “Referencial teórico metodológico”, foram abordadas as categorias conceituais fundantes à pesquisa, como meio ambiente, sustentabilidade, moda, *habitus* e representação social.

Por meio ambiente foi entendida a junção entre o meio natural e o homem, parte integrante da natureza, assim como os impactos causados pelo homem, bem como reflexões acerca de como esse homem se vê e vive nesse ambiente (JAMIESON, 2010; SÁNCHEZ, 2008). Associado a esse entendimento, foi considerado o conceito de desenvolvimento, entendido como um processo que visa “expandir as capacidades humanas, expandindo as escolhas que as pessoas têm para viver vidas plenas e criativas. E as pessoas são tanto beneficiárias desse desenvolvimento, como agentes do processo e da mudança que provocam”, como afirma Veiga (2005, p. 85). A esse entendimento se contrapõe o que associa desenvolvimento ao crescimento econômico, na definição de Orduna Allegrini (2012, p. 19), algo que visa “aumentar naturalmente o tamanho por adição, através da assimilação ou do acréscimo, enquanto que desenvolver designa a ação de expandir ou realizar as potencialidades com que se conta; ascender gradualmente a um estado mais pleno”. Esse sentido vincula o desenvolvimento ao crescimento econômico como uma expressão do progresso, do aumento da produção e do consumo, diferente do entendimento de que o desenvolvimento pressupõe melhoria das condições de vida que não se obtém somente por meio do crescimento econômico. Esses entendimentos propiciaram entender falas a respeito do processo produtivo como condição ao desenvolvimento econômico e de procedimentos considerados voltados ao desenvolvimento sustentável.

Desse entendimento, nos encaminhamos à definição adotada na tese de desenvolvimento sustentável, conforme o relatório “Nosso Futuro Comum” (1991), para o qual o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. Isso significa levar em conta que os recursos são esgotáveis e precisam ser usados com cautela, o que pressupõe pensar em economia de recursos e em uma sociedade mais sustentável.

Por sustentabilidade, foram entendidas as ações e as atividades humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos sem comprometer o futuro das próximas gerações. Foi utilizado o conceito de sustentabilidade forte, que vem da economia ecológica, que considera os recursos como finitos e, acima de tudo, incorpora as questões ambientais à economia (MAY et al., 2003, KUHLMAN; FARRINGTON, 2010). Essa incorporação permite olhar os sistemas produtivos levando em consideração as externalidades negativas e o impacto do sistema produtivo sobre o meio ambiente (MAY et al., 2003). Esses entendimentos favoreceram questionar normas e falas de que as empresas seriam, em princípio, sustentáveis, por adotarem medidas produtivas menos impactantes.

Outro conceito que adquiriu importância no estudo foi o de moda, e indagar por que abordar a moda se estamos falando de setor de confecção? Ora, não se pode esquecer de que a moda se utiliza da materialidade para se manifestar – no caso, aqui, a vestimenta produzida pela indústria da confecção. Compreendendo moda como um fenômeno de mudanças cíclicas que influencia não somente as tendências do vestuário, mas abarca arquitetura, carros, mobiliário, decoração, ou seja, as diversas atividades produtivas e culturais na qual o design está presente, além de ser um fenômeno que engloba diferentes setores produtivos e de consumo. A compressão do conceito favorece melhor se acercar de seus impactos sobre a sociedade e o ambiente, uma vez que a moda busca constantemente a renovação, o que implica tanto a produção quanto o descarte do que está “fora de moda” (LIPOVETSKY, 1989; DOERINGER; CREAN, 2005). A indústria da confecção, no campo do vestuário, não escapa a isso, pois a renovação ocorre ao longo de quatro lançamentos/ano, dirigidos a um público consumidor sempre ávido pela novidade.

Para a compreensão das práticas associadas ao processo de produção da indústria de confecção de vestimentas e aos dispositivos legais que gerem a produção e o descarte de resíduos, pareceu essencial trabalhar com os sujeitos sociais envolvidos com o processo de produção e de gerenciamento de resíduos. A aplicação de entrevistas se voltou para esses aspectos, e a análise dos depoimentos se fundou no entendimento dos conceitos de *habitus* e de representação social. Com esse sentido e com o aporte teórico de Pierre Bourdieu (2007) buscou-se conceituar *habitus*, entendendo-o como uma “prática” apreendida, que se mantém ao longo da vida do indivíduo e que explica suas ações cotidianas e as dificuldades em mudar essas ações incorporadas à rotina. Esse conceito, por sua vez, foi relacionado ao conceito de representação social de Serge Moscovici (2003). Por representação social, foi entendida uma forma de conhecimento socialmente

elaborada e compartilhada, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social (MOSCOVICCCI, 2003). Ambos os conceitos favoreceram entender as falas dos sujeitos envolvidos direta e indiretamente com o problema da pesquisa, compreender melhor suas práticas e a internalização ou rejeição de preceitos relativos à geração de resíduos.

Definido o campo conceitual, o segundo capítulo, “Normativas ambientais e de resíduos sólidos”, tratou das normativas legais sobre resíduos sólidos, enfatizando a Lei 12.305, de agosto de 2010, que instaurou a Política Nacional de Resíduos Sólidos; a Lei Municipal 7596/2007, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e pelas entidades da administração pública direta e indireta, na fonte geradora, e sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis; as Diretrizes do Termo de Referência de 2009, que trata de aspectos gerais sobre a elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos (PGIR), e o Plano de gerenciamento de resíduos online de 2010, voltado para acompanhar virtualmente a geração e o destino final dos resíduos do sistema produtivo. Nesse capítulo, foram examinados o papel do IAP (Instituto Ambiental do Paraná) no fornecimento de licença ambiental, bem como a norma da ABNT NBR 10004:2004, que se refere à classificação dos resíduos de acordo com sua periculosidade.

No terceiro capítulo, “A indústria da confecção como geradora de resíduos”, foi contemplado o setor da confecção em Maringá. O capítulo se iniciou com a cadeia de produção da indústria têxtil e com dados referentes à produção nacional e do Estado do Paraná, para, a partir desse ponto, adentrar as particularidades do setor da confecção no município de Maringá. Nesse aspecto foi apresentado como Maringá se tornou a Capital da Moda do Estado do Paraná, fato decorrente de ser um dos maiores polos confeccionistas do país. Além da produção da confecção, Maringá e os municípios vizinhos apresentam toda a cadeia de produção têxtil, desde plantação do algodão, fiação e tecelagem até a confecção do vestuário, assim como há empresas especializadas no acabamento das peças do vestuário, como lavanderia, estamparia e empresas especializadas em bordado industrial. Isso mostra que o setor de confecção exerce um papel fundamental na economia do município. De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente, o município possuía 2.642 empresas voltadas ao setor têxtil, sendo 1.570 indústrias no setor de confecção do vestuário no ano de 2015. Foram, ainda, consideradas informações da Secretaria do Meio Ambiente do município a respeito das dificuldades em lidar com a quantidade e a diversidade de resíduos gerados e dos problemas com a disposição final. Esses aspectos ajudam a compreender a preocupação municipal

com o gerenciamento de resíduos sólidos que tornou, a partir de 2010, o gerador responsável pelo correto descarte de seus resíduos. Disso decorreu a proposta do gerenciamento online, cujo funcionamento foi também contemplado nesse capítulo.

No quarto capítulo, “A produção do setor de confecção como gerador de resíduos”, analisou-se o processo produtivo da indústria da confecção desde o desenvolvimento até a expedição do produto. Nele, apresentou-se o perfil das empresas selecionadas para a pesquisa e seus processos produtivos, com destaque para as particularidades desse processo nos setores de cada uma das empresas selecionadas. Foi identificado que as três empresas utilizam as mesmas técnicas produtivas, geram resíduos múltiplos, mas o principal é o tecido sobrando do corte, cujo descarte se encontra em percentuais entre 15% e 25% do tecido utilizado na produção.

O capítulo seguinte, intitulado “Plano de gerenciamento de resíduos sólidos em Maringá”, trouxe o plano de gerenciamento de resíduos de cada empresa, em conformidade com a lei municipal, assim como o processo de implantação dele e a destinação dada ao resíduo gerado. Foi percebido que a empresa N é a que apresenta maior conformidade com as normativas ambientais, buscando a reciclagem e o melhor destino dos resíduos gerados. Já a empresa I tem um entendimento da importância da minimização dos resíduos e de sua reciclagem, mas encontra dificuldade para o aproveitamento dos resíduos, o que foi atribuído às características do tecido que utiliza na produção e nas técnicas de corte, que danificam os retalhos, impedindo sua utilização ou reciclagem. No que se refere à empresa A, verificou-se uma dificuldade de compreensão do que vem a ser o gerenciamento de resíduos, pois todo o material residual vai para o aterro, não havendo preocupação com a separação nas diferentes fases de geração de resíduos.

No capítulo seis, “Normas e práticas, encontros e desencontros”, foram trazidas as percepções dos sujeitos sociais envolvidos no processo produtivo e que foram acessadas por meio de entrevistas, o que permitiu melhor compreender as práticas cotidianas das empresas e perceber como os agentes assimilam – ou não – as ações legalmente recomendadas, que se traduzem em práticas e percepções ambientais. Essa relação foi constatada principalmente na forma de executar determinados processos, como o corte, que permitiram compreender as práticas cotidianas não condizentes ao que é estipulado na legislação e que tais atos podem ser associados ao que os indivíduos entendem em relação à aplicação das normas ambientais no setor de produção das empresas. O capítulo se voltou para o entendimento dos depoimentos, empregando os conceitos de hábitos e representação social que

favoreceram compreender a manutenção de práticas de produção de resíduos e as dificuldades de internalização/rejeição de preceitos relativos à não geração.

RESULTADOS

A produção da tese favoreceu refletir sobre as questões ambientais que envolvem o setor da confecção no município de Maringá, o que pede um olhar amplo, devido à complexidade dos fatores envolvidos.

Em primeiro lugar, há que se ter claro que, por ser uma produção que preza pela novidade, pela renovação, isso não significa que empresas desse setor não possam adotar práticas menos impactantes ao meio ambiente, ainda que seja problemático afirmar a sustentabilidade forte em empresas desse setor. A adequação às normas de gerenciamento dos resíduos sólidos se apresenta com uma medida voltada a diminuir os impactos ambientais

Para melhor compreender essa questão, partimos do fato de que as discussões ambientais têm ganhado corpo nos últimos anos, ampliando o corpo legal com regras e limites de práticas, como é o caso da Lei 12.305, de agosto de 2010, que instaurou a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que orienta os geradores sobre as condutas referentes a seus resíduos.

Com essa preocupação, o município de Maringá vinha desde 2006 dividindo a responsabilidade com os geradores a respeito do destino correto dos resíduos, iniciado com o setor de saúde. A partir de 2010, o setor industrial do município passou a ser considerado legalmente responsável por gerir seus próprios resíduos. Para isso, foi aprovada a Lei Municipal n. 12.305, de 2 de agosto de 2010, e definido o termo de referência por meio do Decreto Municipal n. 2000/2011, que dispôs sobre a obrigatoriedade do plano de gerenciamento de resíduos – PGR a esse setor. Foi definido que a adoção e a alimentação do PGR Online eram condições para o alvará de funcionamento e licença ambiental das empresas de confecção do vestuário.

O PGR Online implantado em Maringá buscava, em primeiro lugar, a não geração de resíduos. Mas, uma vez gerado o resíduo, o PGR Online permitiria emitir relatórios referentes ao que foi gerado e se acercar do destino final, que deveria ser o aterro sanitário do município. Todo o processo seria acompanhado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA, que poderia, por meio do cruzamento de dados entre empresa transportadora e o local de recebimento dos resíduos, se certificar quanto à veracidade da declaração da quantidade de resíduos gerados. O PGR online permitiria às empresas do setor de vestuário registrarem

seus procedimentos operacionais quanto a geração, segregação, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos gerados no processo de confecção.

A SEMA, responsável pelo desenvolvimento e pela implantação dessa política no município, considerou o PGR Online uma ferramenta adequada, bastando as empresas se cadastrarem para se adequarem às normativas legais. Todavia, o que se verificou em relação ao sistema online é que ele tinha uma série de problemas que precisavam ser equacionados, como o entendimento de sua finalidade, a atualização e sua ampliação para que pudesse atuar no âmbito da escala proposta, mapeando os resíduos produzidos no município, desde a geração até o destino final, o que não era fácil.

As empresas do setor de confecção demoraram a se adaptar a essa nova realidade, havendo ao longo de todo o período da pesquisa empresas em processo de renovação de alvará e outras ainda tentando se adequar e que não eram cobradas pela SEMA.

O trabalho em campo mostrou que houve avanços no setor, decorrentes da legislação municipal que visava a nortear o processo de produção e gerenciamento dos resíduos, mas que o comprometimento com a gestão do plano não era prioridade para as empresas analisadas, permanecendo, seis anos após o início do gerenciamento online, problemas de entendimento de como este deveria ser feito e como se adaptar à rotina de gerenciamento e de sua manutenção no processo de produção, assim como entendimentos contraditórios sobre a necessidade do cumprimento do plano. Observou-se que cada uma das empresas analisadas havia compreendido o processo de gerenciamento de uma determinada maneira, e que isso era decorrente do fato de ter havido diferentes consultorias orientando o processo, o que também se associava ao fato de haver empresas mais resistentes e outras mais abertas às mudanças.

Notou-se que dificuldades em pensar a não geração ou a minimização de resíduos permaneciam, visto que as empresas trabalhavam com tendências de moda e com uma estética que valoriza uma dada forma de utilização do tecido, o que levava à perda de $\frac{1}{4}$ do tecido em forma de retalhos de difícil reaproveitamento. Também se pôde constatar que as empresas estavam mais preocupadas com as vendas, e não com possibilidades de minimização de resíduos, o que exigiria rever o design, acrescentar recortes na peça ou fazer cortes com mais de um modelo em um único risco de corte. Outra opção seria rever as formas de produção, buscando coleções coordenadas com modelos que pudessem ser cortados em um único risco, ou mesmo rever os padrões estéticos que aproveitassem os retalhos

e os distribuisse pelo corpo da peça. Para as empresas, as perdas em torno de 15% a 25% do tecido eram consideradas normais e não havia perspectiva de minimizá-las, o que as levava a entender que fazer o gerenciamento era suficiente para torná-las sustentáveis.

Com esse entendimento, cada uma delas buscou uma forma de gerenciamento dos resíduos por elas gerados, preenchendo o PGR Online e se adequando ao que ele estipulava quanto ao destino final do resíduo gerado. A empresa A mostrou-se a menos eficiente, pois não havia processo de segregação, e todos os resíduos, fossem papel, plástico ou tecido, eram enviados para o aterro industrial. A empresa I fazia a segregação e enviava papéis e plástico à reciclagem, mas os retalhos de tecido iam ao aterro industrial. A empresa N era a mais próxima de um bom gerenciamento de resíduos, pois conseguia enviar papel, plástico, papelão e tecido para a reciclagem; as malhas (viscose, algodão e poliéster) iam para a fabricação de estopa, o jeans (algodão e algodão com fios de elastano), para a fabricação de colchonetes, e somente os resíduos que tivessem sido contaminados no processo (por óleo das máquinas, por exemplo), iam para o aterro industrial. Ainda assim, com um plano mais estruturado e organizado, essa empresa mostrou ter problemas com a atualização do sistema online, o que poderia indicar que os dados disponibilizados não eram de todo confiáveis e que ela não estava em conformidade com o que pedia a legislação.

Evidenciou-se, ainda, que as três empresas tinham incorreta destinação de parte dos resíduos gerados, pois esses eram repassados a organizações não governamentais para serem reaproveitados em outras produções, como em artesanato, mas que o repasse era bem além da capacidade de absorção dos resíduos recebidos. Isso resultava que o rejeito daí oriundo não era fiscalizado e acabava tendo o destino não recomendando tanto pela lei municipal quanto pela Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Considerando o pressuposto de que a sustentabilidade é uma ação que compreende que os recursos são finitos e que há a necessidade de incorporar as questões ambientais à produção, o que se verificou em todas as empresas analisadas é que todas expressavam fragilidades em seus sistemas produtivos, não conseguindo aplicar medidas efetivas para uma produção menos impactante. Seus entendimentos não condiziam com as diretrizes do que se entende como sustentabilidade forte. Suas concepções eram de que sustentabilidade e reciclagem são sinônimos, sem um entendimento mais aprofundado a respeito dos problemas ambientais que suas atividades causam, o que fazia com que não houvesse qualquer ação para minimizar a produção de resíduos. Ao se considerarem adequadas ao sistema

online de gerenciamento, se consideravam sustentáveis, o que em nada alterava a manutenção de uma produção com significativas perdas de produto no processo, que se avoluma, pois orientada pela constante renovação definida pela moda e pela preocupação com o lucro. Sem uma compressão da não geração de resíduos e sem uma fiscalização mais atuante por parte da secretaria municipal do meio ambiente, seus processos produtivos mostravam-se impactantes e insustentáveis.

Constatou-se que há, assim, um longo caminho a percorrer no sentido da não geração, que se inicia com o desenvolvimento de produtos mais adequados a um momento no qual se constata o esgotamento de recursos naturais, o que se estende ao restante do processo produtivo. As atitudes e as ações das empresas no sentido de tentar gerenciar o destino final dos resíduos podem até trazer benefícios ao meio ambiente (já que parte dos rejeitos tem o destino correto ao aterro), mas essa não é a única conduta e nem a mais adequada em termos de sustentabilidade do processo como um todo.

Para entender parte dos limites que ainda permanecem em relação à não geração de resíduos, buscou-se acessar os entendimentos que os envolvidos com o processo produtivo têm em relação a isso. O recuso às percepções sociais favoreceu compreender os entendimentos que explicam as dificuldades em superação de hábitos que acabam por se contrapor ao estipulado pela política nacional de gerenciamento de resíduos e ao plano municipal de gerenciamento adotado pela Prefeitura Municipal de Maringá. O entendimento do conceito de *hábitus*, associado ao das representações sociais, favoreceu se acercar das dificuldades em alterar as rotinas da produção e a entender o porquê de as empresas agirem de forma a manter a lógica do desperdício e da geração de resíduos.

Encontramos explicações de empresários e trabalhadores em diferentes fases do processo de produção, que diziam: “pusemos dispositivos para separar papel e tecido para reciclar” e “preenchemos certinho o PGR Online” (fala de uma proprietária); “pode haver perdas, sim, o tecido é barato, compensa” (fala de uma modelista), “não há como mudar, porque a roupa que fabricamos tem que ter uma estética” (fala de uma proprietária); “tem gente que se atrapalha e gera resíduo” (fala de uma supervisora do setor de produção); “eu me esqueço, mas a mulher da limpeza me avisa que o material que sobrou foi pro chão” (fala de uma modelista); “a gente não consegue aproveitar muito, eu tenho que desenhar uma coleção para a venda. É claro que a gente acrescenta um corte ou outro para evitar a perda, mas o foco é a venda” (fala de uma estilista); “eu sou bióloga, não entendo do sistema de produção de moda, não tenho conhecimento para dizer como o corte deve ser

feito” (fala de uma consultora ambiental); “primeiro, a gente pensa no conforto, na ergonomia, depois, a gente pensa na sustentabilidade” (fala de uma estilista).

Também constatamos entendimentos sobre como aplicar as normas ambientais no setor de produção das empresas: “fica mais caro ter que contratar alguém para controlar o recolhimento dos resíduos, tudo vai para o chão” (fala de um supervisor); “o sujeito não controla nem seu próprio resíduo, pessoal, vai controlar o da empresa?” (fala da liderança do sindicato patronal); “eu sou pago para fazer a produção, não a reciclagem” (fala do encarregado da logística de uma das empresas).

Essas falas expressam entendimentos acerca da responsabilidade, que não é assumida por ninguém, de se ter uma produção mais limpa. Elas indicam que os sujeitos ouvidos parecem não sintonizados com a não geração de resíduos, e sim com o preenchimento do plano online, já que é uma obrigatoriedade. Os argumentos para a não preocupação com a geração de resíduos iam desde “o tecido é barato e compensa a perda” até a estética e o foco final da produção, que é o comércio do produto. A sustentabilidade, como diz uma das estilistas ouvidas, “fica para depois”. A análise das falas indica também que a apreensão por parte dos sujeitos sociais envolvidos no processo produtivo a respeito do que as normas estabelecem é lentamente incorporada à rotina produtiva e permite concluir que, em que pese a adoção de práticas voltadas a tornar menos impactante o processo de produção da indústria de confecção do vestuário no município de Maringá, com procedimentos de gerenciamento de resíduos sólidos oriundos do processo, ainda há muito que se caminhar para que a produção nesse setor possa vir a se dar numa perspectiva menos insustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pôde ser constatado ao longo da tese que, de fato, ainda que haja a normativa nacional e municipal para o gerenciamento dos resíduos de forma a minimizar sua produção, ainda persistem formas de produzir que não só geram perdas significativas na indústria da confecção como ainda resultam na incorreta destinação dos resíduos gerados. O entendimento foi de que isso é decorrente da forma não só como a própria gestão do sistema online foi concebida e implementada pela Prefeitura Municipal de Maringá, mas dos órgãos ambientais pouco envolvidos com o problema no âmbito local e com a forma como se dá a assimilação de parte das normas recomendadas nas leis nacionais e local pelas empresas.

Pode-se ver que, apesar de a lei representar um avanço no gerenciamento de resíduos, ainda há lacunas quanto ao papel do agente público na fiscalização, na

responsabilização e na conscientização do gerador em relação ao resíduo gerado. Sem que haja a internalização dos sentidos, associada à fiscalização, tal norma incorre no risco de ser tomada como mera burocracia.

Esse último fator se explica não só pela rotina das empresas, mas pelo modo como os sujeitos envolvidos no processo de produção como um todo se apropriam dos entendimentos dessas normas e as representam. As falas e os procedimentos indicam que consideram normal a perda de tecido e sua conversão em rejeito, mas se preocupam em preencher o plano online e encaminhar parte declarada do rejeito ao aterro, o que se mostra, nesse sentido, adequado à aplicação da normativa, ainda que seja um procedimento também ancorado no fato de que é condição para o alvará de funcionamento e licença ambiental das empresas de confecção do vestuário.

Essa forma de apropriação de parte da normativa permite concluir que buscar a redução da geração de resíduos dentro do setor produtivo é um desafio, visto que as empresas incorporam as perdas aos custos da produção e estão mais preocupadas em cumprir o que consideram viável em termos normativos, estabelecendo ações nessa direção, em detrimento de uma produção mais limpa. Mudar essa forma de proceder requer maior investimento em diálogos de atores e instituições referidas à produção limpa e à gestão ambiental, que permitam entendimentos ligados ao sentido de não geração de resíduos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERLIM, L. **Moda e sustentabilidade: uma reflexão necessária**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2012.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BRASIL, Lei n. 12.305/2010, **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/lei-12-305-2010-pnrs/view>. Acesso em: ago. 2013.
- CHARLON, M. L. P. Os Cadernos de Campo de Roger Bastide. **História: Questões de & Debates**, n. 53, pp. 85-119. Curitiba: Editora UFPR, 2010.
- DOERINGER, P.; CREAN, S. Can Fast Fashion Save the U.S. Apparel Industry? *Oxford Journals – Social Sciences, Socio-Economic Review*, v. 4, n. 3, Jan. 28 2005, pp. 353-377.
- JAMIESON, D. **Ética e Ambiente**. São Paulo: SENAC, 2010

KUHLMAN, T; FARRINGTON, J. What is Sustainability? In: **Journal Sustainability**, 2010, v. 2, pp. 3436-3448.

LIPOVETSKY, G. **O império do efêmero: a moda e o seu destino nas sociedades modernas**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.

MARINGÁ – **Decreto Municipal n. 2000/2011**. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwi2wv-3_Y3LAhVFFJAKHUovA. Acesso em: fev. 2016.

MARINGÁ – PREFEITURA MUNICIPAL. **Termo de Referência – Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos**. Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 18 de Março de 2009. Disponível em: www.maringa.pr.gov.br/laudosnew/.../termo_referencia_SEMMA.pdf. Acesso em: 2 jun. 2013.

MARINGÁ – **Plano Municipal de Saneamento Básico Módulo Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos**. Maringá, 2011.

MAY, P. H; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elesvier, 2003.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigação em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NOSSO FUTURO COMUM. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

ORDUNA ALEGRINI, M. G. **La Educación para el desarrollo local. Una estrategia para la participación social**. Eunsa. Ediciones Universidad De Navarra, S.A, 2012.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**. Campinas, SP: Pontes, 2003.

QUEIRÓS, J. RODRIGUES, V. «**Não, não somos jornalistas**». **Uma introdução à utilização do diário de campo e da fotografia na pesquisa sociológica**. 2006. Repositório Aberto da Universidade do Porto. Disponível em: <http://www.rcaap.pt/detail.jsp?id=oai:repositorio-aberto.up.pt:10216/54402>. Acesso em: jul. 2014.

SÁNCHEZ, Luis Henrique. **Avaliação do impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

SENAI. **Produção mais Limpa em Confecções**. SENAI – Departamento Regional do Rio Grande do Sul. – Porto Alegre, 2007. Disponível em: http://wwwapp.sistemafiergs.org.br/portal/page/portal/sfiergs_senai_uos/senairs_

uo697/proximos_cursos/Produ%20E3o%20mais%20Limpa%20em%20Confec%20E7%20F5es.pdf. Acesso em: 25 set. 2012.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZANIRATO, S. H. **A documentação fotojornalística na pesquisa histórica**. Trajetos (UFC), Fortaleza, v. 2, n. 4, pp. 205-218, 2003.